



Inverno demográfico: que respostas?

Pavilhão do Conhecimento, Parque das Nações, Lisboa, 27 de Janeiro de 2007

Conclusões

1. Portugal está cada vez mais envelhecido por causa da cada vez menor taxa de natalidade. O encerramento de escolas e maternidades, desemprego de professores e a pressão sobre o sistema de pensões de reforma são disso uma evidência.
2. A Europa está igualmente envelhecida, embora a taxa de natalidade já seja crescente na maioria dos países, como resultado das medidas que têm vindo a tomar.
3. Portugal não necessita de “políticas natalistas”, uma vez que o número médio de filhos desejados é exactamente igual aos necessários 2.1 filhos por mulher em idade fértil, muito superior ao observado valor de 1.4.
4. Precisa, sim, de uma política de família justa e integrada que permita aos casais terem os filhos que desejam sem serem, por tal, penalizados.
5. O programa de computador “CPPR – Cálculo de Projecções de População Residente”, desenvolvido pela APFN em colaboração com docentes da Universidade Nova de Lisboa, permite a qualquer pessoa ou entidade efectuar projecções detalhadas para diversos cenários, constituindo um excelente instrumento de planeamento.
6. A inovação em boas práticas, implementadas nas empresas familiarmente responsáveis (EFR), que facilitem a conciliação da vida familiar com a vida profissional, são importantes para o trabalhador, sua família e para a empresa porque ao criarem um ambiente de motivação conseguem aumentos de produtividade.
7. São já várias as Autarquias que têm vindo a adoptar medidas de apoio às famílias com filhos, correspondendo às propostas da APFN:
 - Proporcionar à família o espaço de liberdade, meios e condições para que cada uma, na sua especificidade, cumpra as funções que lhe são próprias, por sua iniciativa ou em parceria.
 - Promover iniciativas que estimulem o relacionamento intergeracional e facilitem o encontrar de soluções de proximidade e vizinhança.
8. Por estas razões, a APFN apela ao Governo para:
 - Demonstrar, com a tomada de medidas concretas, ter percebido que o desenvolvimento de Portugal está comprometido enquanto não existir aumento da natalidade;
 - Consciencializar-se de que as suas decisões durante a presente legislatura irão determinar se as preocupantes projecções demográficas da sociedade portuguesa para 2025 e anos seguintes se concretizam, pioram ou melhoram.
 - Estimular o poder local (autarquias, juntas de freguesia, entidades da sociedade civil) e os empresários a criarem serviços que facilitem a conciliação da vida familiar e do trabalho, nas áreas da habitação, educação, saúde, urbanismo, transportes, apoio domiciliário..., seguindo os bons exemplos já existentes.
 - Neutralizar a forte cultura, prática e legislação anti-natalista seguindo os bons exemplos dos países que têm demonstrado melhores resultados neste domínio e que estão resumidos no Caderno 15 – “Família: Semente do futuro”.
9. As famílias com filhos têm direito ao respeito e apreço de todos pelo papel indispensável, real e concreto que desempenham no equilíbrio e renovação das gerações e pela riqueza que criam (não só pelo valor económico do trabalho não remunerado, mas essencialmente pela rentabilidade do investimento, porque a família é determinante do desenvolvimento sustentado: económico, social, cultural e moral).

APOSTAR NA FAMÍLIA É CONSTRUIR O FUTURO